



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11251 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21/GT 23 - Educação, Gênero, Etnia e Sexualidade

NOTAS INICIAIS SOBRE CURRÍCULO E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS (2015 a 2020)

Grace Kelly Silva Sobral Souza - Universidade Federal do Pará (UFPA) - EDUCANORTE - PGEDA

NOTAS INICIAIS SOBRE CURRÍCULO E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS (2015 a 2020)

O panorama dos estudos sobre currículo e educação escolar quilombola a partir das principais discussões que permeiam as produções acadêmicas, tem demonstrado os recentes caminhos trilhados pela temática. Incorporamos estas iniciativas neste texto, cuja proposta consistiu no levantamento dos artigos científicos publicados em periódicos A4 a B1, nos sites do da Scielo e do Portal dos Periódicos da CAPES, cujos enfoques contemplassem a intercessão entre currículo e educação escolar quilombola, os quais constituirão a empiria a ser examinada neste texto. Convém demarcar “lugares” a partir dos quais pautaremos as discussões que se conformam estruturais neste texto. Em relação aos quilombos brasileiros, sua constituição perpassa a compreensão do território enquanto campo de resistência e de preservação das culturas. Os protagonistas das ações são agentes que historicamente propuseram mobilizações em formato de bandeiras de lutas, em prol da garantia e da ampliação dos direitos à população negra, o que culminou na efetivação das políticas públicas, dentre elas a Lei Nº 10.639/03, a Lei Nº 11.645/08 e as Resoluções CNE/CP Nº 01/2004 e CNE/CEB Nº 08.2012. Tais mobilizações encaminham debates, por meio da literatura especializada, a qual indica que os estudos sobre educação escolar quilombola, consolidados no campo acadêmico, vêm direcionando olhares e novas perspectivas sobre a temática, relacionando-a abordagens sobre livro didático, formação de professores, currículo, dentre outros. Nessa perspectiva, este trabalho busca mapear as produções em artigos científicos, produzidos no período de 2015 – 2020, com vistas à conferir visibilidade aos caminhos trilhados e apontados nos estudos sobre o tema, possibilitando reconhecer as possibilidades e os desafios para efetivação da educação escolar quilombola enquanto política pública em construção. O movimento realizado por agremiações, associações e/ou agrupamentos, nas décadas 60 a 80 do século XX, cujo

objetivo principal era assegurar a discussão sobre as questões étnico-raciais nos espaços de poder, também culminaram nas ressemantizações sofridas pelo termo quilombo no Brasil. Respalhando-se em Alfredo Almeida (2002) e José Arruti (2008), Evalison França e Maria Lima (2015) que perpassam por discussões nas quais “[...] as ressemantizações abrangiam desde o entendimento de quilombo como espaço de resistência cultural, [...] de resistência política, chegando ao entendimento de resistência negra”. (FRANÇA; LIMA, 2015, p. 58). O conceito de quilombo, na contemporaneidade, reside nas práticas cotidianas de resistência, expressas na manutenção e na reprodução dos modos de vida características dos territórios. Destes modos de vida afluem, na literatura especializada, reflexões que consubstanciam a discussão sobre currículo enquanto elemento cultural e território em disputa. De acordo com Lourdes Carril (2017) existem outros significados e formas que a educação pode assumir, envolvendo interlocução entre agentes e instituições, no âmbito educacional, com o fito de promover processos formativos comprometidos com a diversidade que pauta a experiência de sujeitos envolvidos no que Lourdes Carril define como “outros paradigmas”, os quais conformam nossa sociedade. O movimento concebido pela pesquisadora compreende a escola como campo que reproduz o tipo de currículo que impera. Nessa perspectiva, as experiências educacionais que engendram as reflexões sobre Educação Escolar Quilombola consideram a diversidade étnico-cultural como contrapartida para ressignificação do currículo, pensada a partir do chão da escola em territórios quilombolas. No que tange a produção do conhecimento sobre currículo e os estudos desenvolvidos nas comunidades quilombolas, Ana Cruz e Tatiane Rodrigues (2017), fazem enfoque aos saberes tradicionais, desafiam o contexto global e a lógica estruturante do racismo no Brasil argumentando que “não se pode ensinar sobre a história dos povos africanos e a presença no movimento da diáspora negra sem compreender as experiências vividas por esses grupos.” (CRUZ; RODRIGUES, 2017, p. 171). As práticas pedagógicas insurgentes que possuem como viés o currículo multicultural, encontram, nele próprio, formas de mediação dos conflitos. Tal provocação expõe a educação como elemento integrante da prática social de uma dada realidade, uma vez que “[...] a escola, enquanto instituição social inserida em lócus que expressa marcas e ações da atividade histórica humana, necessita refletir, a partir da sua prática, sobre elementos que remetem à essência do conhecimento historicamente construído. [...]” (SANTOS; SANTOS, 2018, p. 65). Todos os envolvidos no processo necessitam discutir as práticas pedagógicas, lançando possibilidades de ampliação da aprendizagem em territórios quilombolas e a aproximação dos conteúdos culturais nos espaços escolares. As implicações sobre currículo atribuídas por Eliana Brito; Amilton Santos e Michelle Matos (2020) evidenciam a importância das escolas para as comunidades quilombolas enquanto ato de quilombamento. A terminologia adotada pelas autoras e autor deriva do termo “aquilombar-se”, o qual, na acepção destas e deste, associa um currículo escolar com o exercício da cultura quilombola, mantendo a memória ancestral viva e potencializa as formas de existir e resistir que este grupo aciona em nossa sociedade. A origem do termo associa-se ainda ao movimento histórico, político e cultural de “[...] deslocamento da condição de quilombola em si para quilombola para si”. (BRITO; SANTOS; MATOS; 2020, p. 434). A proposta de apresentação do balanço de 21 (vinte e um) artigos levantados em artigos científicos, os quais conformarão

a empiria ora examinada, é representativa dos esforços de aquilombamento do currículo enquanto prática de resistência. Muito embora se concretizem, no cenário educacional brasileiro, políticas curriculares nacionais e estaduais cujo foco é a regulamentação e a normatização da educação escolar quilombola, na prática, a realidade expressa nesta empiria é reveladora de outros caminhos trilhados que se diferenciam a partir das peculiaridades dos estados e municípios. As categorias que conformam o trabalho estão respaldadas nos estudos de Eliana Brito; Amilton Santos; Michelle Matos (2020); Evalison França; Jackeline Mendes (2019); Valéria Cavalcante; Paulo Marinho (2019); Márcio Santos; Carlos Santos (2018); Ana Cristina Cruz; Tatiane Rodriguez (2017); Lourdes Carril (2017) e Kalya Maroun (2016) e Evanilson França; Maria Batista Lima (2015) ao discutirem as implicações sobre o currículo nas escolas quilombolas; nos trabalhos de Elenilson Silva; Benedito Eugenio (2020); Denília Santos; Teodoro Zanardi (2020); Marco Barzano; André Melo (2019); Joaklebio Silva; Marcelo Ramos (2019); Marizete Lucini; Andréia Santos (2018); Jailson Santos; Jonson Silva (2016) quando estes correlacionam os estudos sobre currículo e componentes curriculares e educação quilombola; Carlos Dias; Regina Rossetti; Maria do Carmo Romeiro (2018); Ieda Rodrigues; Haroldo Bentes (2018); Juliane Mantovani; Taisa Gonçalves (2017); Thiana Souza; Maria Gonçalves; Benedito Eugenio (2016) ao trazerem para o cerne da discussão o currículo e as modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação do Campo) e; Gisele Batista; Moisés Bezerra; Eugénia Foster (2018); Iris Oliveira (2017) e Suely Oliveira (2017) ao problematizarem as Diretrizes Curriculares (Educação Escolar Quilombola e Educação das Relações étnico-raciais). Este trabalho, cujas inflexões se debruçam nos avanços e nas possibilidades de um campo em constante movimento, subsidia-se nas produções de Kátia Regis; Guilherme Basílio (2018); Wilma Coelho (2018) e Wilma Coelho; Kátia Regis e Carlos Aldemir Silva (2020), e em Clesivaldo Silva (2020) e Romero Silva; Adlene Arantes (2019), nas concepções que permeiam o currículo e nas reflexões iniciais sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Educação Escolar Quilombola, respectivamente. Para alcance dos intentos definidos para este texto, os procedimentos adotados para o levantamento dos dados consistiram: a) na escolha das bibliotecas eletrônicas; b) na conformação de palavras-chave que pudessem auxiliar na busca dessas produções nos portais dos periódicos e; c) na análise das revistas a partir da tabela Qualis. Neste sentido, elegemos os portais de periódicos da CAPES e da Scielo enquanto principais bases de dados utilizadas na atualidade com acesso direto aos artigos científicos publicados em revistas reconhecidas a nível nacional e internacional. (MIRANDA; CARVALHO; RAMOS, 2015; BARLETA; SILVA; DIAS, 2018). Para filtragem dos dados demarcamos as palavras-chave: “Currículo”; “Lei Nº 10.639/03”; “Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012”; “Educação escolar quilombola” e “educação quilombola”, por entender que são estas as palavras que referenciam boa parte dos trabalhos que tratam sobre a temática. Para o refinamento dos resultados, definimos o tipo da literatura, as áreas temáticas dos periódicos e os anos de publicações, resultando nos 21 (vinte e um) artigos, distribuídos entre os anos de 2015 a 2020, em revistas qualificadas na área de Educação. Com a composição do *corpus*, recorreremos à análise do conteúdo seguindo orientações de Laurence Bardin (2016) no que concerne às fases de pré-análise; exploração do material e interpretações dos resultados. Na pré análise

recorremos a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos, a partir das quais emergiram as categorias: currículo e formação de professores; componentes curriculares; modalidades de ensino e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012). Assim, a empiria apresenta caminhos abertos e recomendações para pesquisas futuras, relacionados às implicações dos estudos curriculares na educação escolar quilombola; aos espaços escolares quilombolas, suas práticas e organizações, compreendidos a partir do movimento de aquilombamento do currículo; ao currículo enquanto construção social e enquanto instrumento significativo dos agentes que nele se inserem; à efetivação de práticas curriculares em escolas quilombolas atentas à esses grupos e também nas que não o são, mas que recebem educandos e educandas quilombolas; desenvolvimento de uma descolonização curricular atenta aos conhecimentos culturais das comunidades quilombolas, fortalecendo contextos e empoderando os sujeitos; concretização da educação escolar quilombola. As considerações sinalizam ainda para a necessidade de recontextualização do currículo e análise crítica do documento de caráter normativo da Educação Básica, a BNCC; indicam também possibilidades de diálogos interculturais entre conhecimentos tradicionais e científicos promovidos pela etnomatemática ou pela etnobiologia. Assim, a empiria apresenta caminhos abertos e recomendações para pesquisas futuras, relacionados às implicações dos estudos curriculares na educação escolar quilombola; aos espaços escolares quilombolas, suas práticas e organizações, compreendidos a partir do movimento de aquilombamento do currículo; ao currículo enquanto construção social e enquanto instrumento significativo dos agentes que nele se inserem; à efetivação de práticas curriculares em escolas quilombolas atentas à esses grupos e também nas que não o são, mas que recebem educandos e educandas quilombolas; desenvolvimento de uma descolonização curricular atenta aos conhecimentos culturais das comunidades quilombolas, fortalecendo contextos e empoderando os sujeitos; concretização da educação escolar quilombola. As considerações sinalizam ainda para a necessidade de recontextualização do currículo e análise crítica do documento de caráter normativo da Educação Básica, a BNCC; indicam também possibilidades de diálogos interculturais entre conhecimentos tradicionais e científicos promovidos pela etnomatemática ou pela etnobiologia. educação especial, nas escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, indagam as experiências escolares no que tange à efetividade da garantia deste princípio no âmbito das ações desenvolvidas na escola no que concerne a esses grupos. Ainda considerando os marcos legais, a empiria interroga os desdobramentos que se relacionam à formação de professores/as para a educação das relações étnico-raciais. A educação escolar quilombola, enquanto processo de resistência, pressupõe rupturas contra hegemônicas e o reconhecimento dos saberes, dos valores e dos patrimônios culturais das comunidades tradicionais, que precisam ser contemplados nos processos formativos de professores/as, bem como na construção de um currículo multicultural. Deste modo, a empiria oferece importantes recomendações para os estudos em curso ou os que se pretendem realizar, demonstrando os caminhos históricos, políticos e educacionais que a temática tende a enveredar.

Palavras-chaves: Educação quilombola; Currículo; Produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane (Org.). Quilombo: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (Org.). Raça: Perspectiva Antropológica. 2. ed. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008, p. 1-33.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Tradução Luís Antônio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARLETA, Márcia Christina; SILVA, José Luiz; DIAS, Júlio. Fontes de pesquisa e bases de dados especializadas. PUC-SP, São Paulo, 2018.
- BARZANO, Marco Antonio; MELO, André. Saberes da biodiversidade: perspectivas decoloniais no currículo do ensino de biologia. Revista Teias, Rio de Janeiro, v.20, n.59, p. 191-208, out./dez. 2019.
- BATISTA, Gisele Paula; BEZERRA, Moisés; FOSTER, Eugénia. Diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v.17, n.2, p. 68-79, maio/ago. 2018.
- BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2003.
- BRITO, Eliana; SANTOS, Amilton; MATOS, Michelle. Pode um currículo aquilombar-se? Caderno de Pesquisa, São Paulo, v.50, n.176, p. 429- 443, abr./jun. 2020.
- CARRIL, Lourdes. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.22, n.69, p. 539-564, abr./jun. 2017.
- CAVALCANTE, Valéria; MARINHO, Paulo. A descolonização curricular em uma escola quilombola: uma possibilidade de maior justiça curricular e social. Revista e curriculum, São Paulo, v.17, n.3, p. 963-989, jul./set. 2019.
- COELHO, Wilma. Formação de professores e relações étnico-raciais (2003-2014): produção em teses, dissertações e artigos. Educar em Revista, Curitiba, v.34, n.69, p. 97-122, maio/jun. 2018.
- COELHO, Wilma; RÉGIS, Kátia; SILVA, Carlos Aldemir. Significações sobre a ERER: uma análise de publicações em periódicos da educação (2015-2019). Revista Teias, Rio de Janeiro, v.21, n.62, p. 334-346, jul./set. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro

- de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012.
- CRUZ, Ana Cristina; RODRIGUES, Tatiane. Educação em comunidades remanescentes de quilombos: implicações políticas e curriculares. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p. 161-174, jan./ abr. 2017.
- CUSTÓDIO, Elivaldo; FOSTER, Eugénia. Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. *Educar em Revista*, Curitiba, v.35, n.74, p. 193-211, mar./abr. 2019.
- DIAS, Carlos Henrique; ROSSETTI, Regina; ROMÉRIO, Maria do Carmo. Educação de jovens e adultos na Comunidade do Cafundó. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v.13, n.4, p.1568- 1579, out./dez. 2018.
- FRANÇA, Evanilson; LIMA, Maria Batista. Reflexões sobre a educação escolar quilombola: elementos para a prática docente. *Revista Horizontes*, Itatiba, n.33, n.2, p.57-66, jul./dez. 2015.
- FRANÇA, Evanilson; MENDES, Jackeline. Nós, os de lá, estamos cá: reflexões sobre a educação escolar quilombola no contexto dos impedimentos à co-presença. *Revistas Horizontes*, Itatiba, v.37, p. 1-20, 2019.
- LUCINI, Marizete; SANTOS, Andréia. Ensino de história e pensamento decolonial em processos de identificação quilombola. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v.20, n.45, p. 36-52, set./dez. 2018.
- MACEDO, Liliane; SANTOS, Erisvaldo. Estado da arte das pesquisas sobre Educação Escolar Quilombola nos Programas de Pós-graduação em Educação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia. Anais... Uberlândia, MG: COPENE, 2018, p. 1-17.
- MANTOVANI, Juliane; GONÇALVES, Taisa Grasiela. A educação especial nas escolas em áreas remanescentes de quilombo: a realidade mostrada pelos indicadores educacionais. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v.10, n.2, p. 11-30, maio/ago. 2017.
- MAROUN, Kalyla. Jongo e educação escolar quilombola: diálogos no campo do currículo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.46, n.160, p.484- 502, abr./jun. 2016.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.